GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

PRESÍDIO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE
PRESÍDIO REGIONAL DO MONTE SANTO
CASA DE RECUPERAÇÃO FEMININA

Relatório de visita do Auditor de Contas Públicas da Secretaria de Controle da Despesa Pública à Disposição da Secretaria de Cidadania e Justiça, Dr. RIVALDO TARGINO DA COSTA, nas unidades prisionais de Campina Grande, nos dias 15 e 16 de abril de 1999.

João Pessoa – Paraíba – Brasil
19 de abril de 1999

João Pessoa, 19 de abril de 1999.

Senhor Secretário,

Cumprimentando V. Exa., passo a relatar o resultado da visita realizada nos dias 15 e 16 de abril do presente ano, nos presídios de Campina Grande, compreendendo o Presídio Regional de Campina Grande, mais conhecido como "Serrotão", Presídio do Monte Santo e a Casa de Recuperação Feminina.

1.0 – Presídio Regional de Campina Grande (Serrotão)

O Presídio Regional de Campina Grande está situado na parte Oeste de Campina Grande, numa área irregular, mas de fácil acesso.

Tem uma população carcerária de 648 detentos, além de 32 soldados militares e 05 agentes penitenciários. O Cel. João da Mata é o seu Diretor.

1.1 – Carne de charque estragada

Logo de entrada ouvimos a assistente social reclamar de Vale-transporte. O motorista disse estar precisando do kit de embreagem do ônibus Agrale OE 5899 (colar, disco e platô), informando ter sido o pedido feito através do Ofício 450/99-PRCG.

Por outro lado, detectamos que o colorau foi comprado a R$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) pelo Diretor, enquanto o adquirido por licitação custou R$ 4,00 (quatro reais), bem mais caro.

A carne de charque estava estragada. O Diretor João da Mata Medeiro Filho, na oportunidade, entregou-se o Ofício n° 501/99 – P.R.C.R, datado de 14 de abril de 1999 (cópia em anexo), através do qual encaminha a este Auditor, para as providências cabíveis, documento do coordenador da cozinha.

No documento (OFÍCIO 0001/99, de 06/04/1999, cópia em anexo), assinado pelo coordenador da cozinha, de nome Antônio Cavalcante Feitosa, este reclama estar recebendo batatinhas podres.

Diante da gravidade, fui verificar in loco, na cozinha. Para espanto, havia uma peste de moscas, tantas que fiquei espantado, pois nunca havia visto coisa igual. Em todo caso, adentrei na cozinha e precedi a vistoria. Percebi que ditas moscas vinha da carne de charque, que estava completamente apodrecida e, assim mesmo, eram servida aos presos em suculentas sopas, com pão francês. Fique estarrecido com a descoberta.

1.2 - Iluminação

Há seis lâmpadas quebradas pelos presos através de estilingue. A parte interna do pátio apresenta áreas escuras, impedindo a visão através das guaritas. Seria de bom alvitre instalar mais duas torres na parte interna, no lado direito, que não dispõe de iluminação adequada.

Para que não haja mais quebradeiras de lâmpadas, basta colocar telas protetoras nos refletores.

Na parte superior, onde estão os presos albergados, não há torre de iluminação por refletores, necessitando que sejam instaladas duas torres, com três lâmpadas cada.

1.3 - Vistoria noturna nos Pavilhões

À noite, quando os presos estavam recolhidos, adentramos na parte interna do pátio de banho-de-sol, com acesso direto aos pavilhões. A iluminação no interior dos pavilhões é precária, quase penumbra. Junto a grade das celas, solicitei a um agente que desse a ordem para que todos os presos saíssem das selas e ficassem no corredor, para que pudéssemos contá-los e observar o estado em que se encontravam. Os presos – todos sem camisa – obedeceram e ficaram todos de pé, encostados na parede, mostrando serem disciplinados. No Pavilhão 2 (coletivo), havia 41 presos na parte A e 33 na parte S, totalizando 74 detentos.

O mesmo procedimento foi feito no Pavilhão 3 (individual), onde havia 31 presos no lado A e 28 no lado S, totalizando 59 presos. Perguntei aos presos do lado A qual seria a maior necessidade dos mesmos. Responderam ser a porta do banheiro. Alegaram haver dois banheiros, mas um só poderia ser utilizado pelas visitas. O outro, sem porta, era usado por todos, mas não tinha porta, tirando-lhes a intimidade.

O Diretor então interferiu, dizendo que "esses inocentes escondem maconha na porta".

No entanto é de se supor que a inexistência da referida porta pode ser motivo de brigas e desentendimentos entre os presos. A solução seria fazer uma porta de compensado ou madeira maciça de pequena espessura, mas que resolvesse o problema da privacidade dos presos.

Nos paredões da parte inferior do Presídio, existe, além da rede eletrificada, uma cerca de arame enrolado em forma de espiral, recém adquirido.

Trinta e dois militares fazem a guarda externa. Mas apenas cinco agentes penitenciários encarregam-se da segurança interna.

É de suma urgência que sejam providenciados mais agentes penitenciários, na segurança interna, para que a sociedade se sinta mais segura naquela região no Planalto da Borborema.

1.4 – O detendo estuprador

Um detento me procurou para que eu o ajudasse no seu caso. Dizia-se ser advogado, detentor de curso superior, condenado por crime hediondo a oito anos de prisão. O referido prisioneiro disse-me ter estuprado uma garota e cortado a mesma com cacos de vidro.

Tentando me convencer de um erro no processo criminal, justificou que a menina estuprada não era de menor, com apenas 14 anos, como estava instruído no processo.

Segundo o condenado, a estuprada tinha vinte e um anos. Perguntei-lhe então o que esse fato implicaria nos autos do processo. O detento respondeu-me que, se isso fosse considerado, teria ele sido condenado a uma pena menor.

Mandei o referido preso constituir um advogado, através de sua família. Pediu-me, então, que eu conseguisse sua transferência para Souza, onde a família dos Borges o poderia ajudar.

1.5 – Dia a dia dos presos

Há um grupo de presos que cuidam de hortas, onde cultivam algumas verduras.

Alguns presos se interessam por música e até tocam alguns instrumentos, mas não fui informado se receber aulas de música – o que poderia ocupar suas mentes, pois mente vazia é moradia de satanás.

Há também uma produção de postes e objetos a base de cimento.

Parte do pão consumido é feita no próprio presídio, numa padaria recém inaugurada.

2.0 – Presídio Regional do Monte Santo

O Presídio do Monte Santo está com uma população carcerária de 215 presos, sendo 58 albergados e 157 presos provisórios.

O Diretor é o Sr. Risuenho. A Administração conta com 01 médico, 01 dentista, 01 enfermeira e 01 almoxarife.

Os profissionais acima ficam em contato direto com a área de banho de sol, sem segurança, exposto ao risco iminente de ser refém, inclusive o Diretor já foi feito refém por 30 horas, juntamente com uma assistente social e um almoxarife, no ano de 1998.

O corpo administrativo é composto por 02 advogados, 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 02 datilógrafos, 01 economista, 01 Diretor Adjunto, além de 01 Diretor.

O arquivo é improvisado dentro do banheiro. O coordenador da COSIPE, segundo o Diretor Risuenho, nunca foi ao Presídio.

Necessidades urgentes: retirar o pessoal que trabalham na parte interna do presídio. Há um projeto de construção da área administrativa, mas encontra-se estacionado.

Quanto à alimentação, foram devolvidos 30 (trinta) kg de carne de charque, imprestável para consumo, assim como margarina com prazo vencido.

Falta remédios.

Há reclamação também com o coentro e o tomate, que constantemente têm sido devolvidos ao fornecedor.

A segurança interna é feita por apenas 03 agentes penitenciários.

Durante a visita, foi feito uma operação de vistoria nas celas, encontrando-se um pacote de maconha (*Canabis sativa*), um punhal improvisado com o cabo de uma colher e um pedaço do cabo de uma vassoura.

Foi encontrada também uma espécie de cachimbo, construído a partir de osso de galinha e que serve para o aproveitamento completo do "baseado".

Logo ao cair da noite, chegaram mais quatro presos, que andavam dando golpes na Micarande. Todos eram reincidentes e já conheciam o Presídio do Monte Santo. Pareciam tranqüilos, como quem estava voltando ao lar. Ao adentrarem no pátio, os outros presos ficaram nos janelões e aos gritos chamavam os marginais recém-chegados para jogar bola. Na sacola de um deles havia vestido e roupas íntimas de mulher, que costumam vestir após praticarem crimes e, assim vestidos, enganavam a polícia.

O Diretor também falou de um aumento de R$ 100,00 (cem reais) no contracheque dos seus auxiliares diretos e que já havia tratado do assunto com o Secretário.

3.0 - Casa de Recuperação Feminina

Foram detectadas as seguintes necessidades:

– Uma pessoa como secretária, que entendesse de prestação de contas, para fazer os orçamentos;

– Bebedouro, computador, máquina xérox, fax e impressora;

– Proibir visita íntima.

– Mensalmente: 80 pacotes de papel higiênicos, 30 pasta de dentes, 30 absorventes íntimos, 30 sabonetes;

– Há necessidade de verificar-se a possibilidade de aumentar o adiantamento de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais).

As presas ficam na "trancadura" das 16 às 13 horas (de uma dia para outro).

A instalação hidráulica está com vazamentos generalizados, e havia gente trabalhando para consertar a tubulação.

A diretora fez questão que eu almoçasse com ela no presídio. As presas serviram peixe, pirão de peixe e arroz.

Triste foi ver uma moça muito bonita chorando por estar presa. Usava sua beleza para dar golpe em cartões de crédito em vários Estados.

4.0 Conclusão

A visita foi bastante proveitosa, pois foram revelados fatos dos quais não se teria conhecimento senão por meio de rebeliões e fugas em massa, pois ninguém agüenta ter que comer sopa a base de carne de charque podre. Urgem providências.

Sem mais para o momento, é o relatório que submeto a apreciação de Vossa Excelência.

RIVALDO TARGINO DA COSTA
ACP/Mat. 147.642-4

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA
COORDENADORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
PENITENCIÁRIA REGIONAL DE CAMPINA GRANDE

Oficio n.º 501/99 - P.R.C.G. Campina Grande,14 de Abril de 1999

Sr . Auditor,

Pôr meio deste encaminho a Vossa Senhoria para as providencias cabíveis, cópia do documento que nos foi apresentado pelo coordenador da cozinha.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar os nossos protestos de estima consideração.

Atenciosamente,

JOÃO DA MATA MEDEIROS FILHO
DIRETOR

ILMº SR
RIVALDO TARGINO DA COSTA
MD. AUDITOR DA SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA
JOÃO PESSOA-PB

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA
PRESÍDIO REGIONAL DO SERROTÃO
SETOR DE ATIVIDADES CULINÁRIAS - COZINHA

OFICIO 0001/99 Campina Grande, 06/04/1999

Sr Diretor

Estamos informando a Vossa Senhoria, que na quinta feira próxima passada, dia 01 de abril do corrente, / ao recebermos as verduras semanais, destinadas ao consumo da cozinha desta casa, nós que coordenamos as atividades culiná rias desta casa; constatamos que naquela mercadoria existia/ 60 Kg de batatinha o que corresponde a 2 sacas completa - mente imprestáveis ao consumo humano, o referido produto a- presentava em seu teor: sinais visíveis de apodrecimento, / daí tomamos a iniciativa de devolver o citado produto ao seu respectivo fornecedor.

Sem mais para o momento, aproveito àoportu- nidade para renover protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

ANTONIO CAVALCANTE FEITOSA
Coordenador

Ao

Ilmº CORONEL JOÃO DA MATA DE MEDEIROS
DIRETOR DO PRESÍDIO

Secretaria vai punir empresa que forneceu carne de charque deteriorada

Uma comissão constituída de auditores da Secretaria da Cidadania e Justiça constatou, através de inspeção de rotina, que 4.100 kg dos 25.000 kg de carne de charque comprada para alimentação dos 3.500 presos do sistema penitenciário na Paraíba aparentavam não estarem propício ao consumo humano.

A Comissão de Auditagem e Fiscalização Financeira é coordenada pela auditora do Tribunal de Contas da União, Terezinha Cruz, e pelo auditor estadual Rivaldo Costa, que foi o responsável pela inspeção e constatação de que o produto estava impróprio para a alimentação.

Para tirar todas as dúvidas, o secretário Adalberto Targino determinou que fosse realizado um rigoroso exame por um órgão federal, isento e com capacidade técnica para examinar o produto. Para tanto, foi escolhido o Núcleo de Pesquisa e Processo de Alimentos da UFPB que, através de laudo técnico nº 018/99, comprovou que a carne estava imprópria para o consumo humano. O laudo foi atestado pelas engenheiras de Controle de Qualidade, Sônia Maria da Costa Lima e Joana Darc Cabral Campos, e aprovado pelo professor Eriberto José Rodrigues.

Apesar do produto estar em embalagem própria, armazenamento adequado e com 30 dias antes do vencimento, os 4.100 kg do produto estão impróprios para o consumo. Outro fato considerado grave que chamou a atenção dos técnicos contratados pela Secretaria da Cidadania e Justiça é que a data de validade da carne de charque foi impressa em 120 dias, mas sem especificar que a data de fabricação deveria ser impressa igualmennte.

Providências - O Gabinete do secretário Adalberto Targino informou que haverá rigorosas providências legais , para que se evite prejuízo ao Estado de mais de R$ 10.000,00. Dentre as providências que serão tomadas na próxima segunda-feira, destacam-se as seguintes:

01 - Encaminhamento de cópia do processo ao secretário executivo do Procon Estadual, Murilo Bernardo; ao procurador geral da Justiça do Estado, Júlio Paulo Neto; e a criação de uma Comissão Especial, constituída por engenheiros e advogados da Secretaria da Cidadania e Justiça, para que no final seja punida administrativa e penalmente as empresas possivelmente envolvidas, a começar do fornecedor que ganhou a licitação - TP nº 007/98, que é a Comércio e Representação Primor Ltda, situada no Distrito Industrial de João Pessoa, BR-101, Km 1,5, e que tem como diretor-presidente José Henrique Filho.

02 - A empresa deverá ressarcir todos os danos causados ao Estado, entregando novos produtos em substituição aos deteriorados.

03 - Caso não pague integralmente o prejuízo e mesmo assim prove sua inocência e boa fé, a empresa poderá ser declarada inidônea e ser suspensa para contratar com o serviço público no prazo de dois anos, além de responder processo crime.